



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES
CAMPUS IV**

**O LUGAR COMO CENÁRIO DE APRENDIZAGEM: UMA RELEITURA
SOBRE E NA CIDADE DE CATOLÉ DO ROCHA**

VANUZA SARAIVA DUTRA

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2017

O LUGAR COMO CENÁRIO DE APRENDIZAGEM: UMA RELEITURA SOBRE E NA CIDADE DE CATOLÉ DO ROCHA

Vanuza Saraiva Dutra

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades – CCHA/CAMPUS IV da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Letras.

Linha de Pesquisa: Didático-pedagógica

Orientadora: Ms. Benedita Ferreira Arnaud

Católé do Rocha – PB

Dezembro/2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D978l Dutra, Vanuza Saraiva.
O lugar como cenário de aprendizagem: uma releitura sobre e na cidade de Catolé do Rocha. [manuscrito] : / Vanuza Saraiva Dutra. - 2017.
44 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2017.

"Orientação : Prof. Me. Benedita Ferreira Arnaud, Departamento de Letras e Humanidades - CCHA."

1. Aprendizagem. 2. Educação. 3. Catolé do Rocha.

21. ed. CDD 372.5

**O LUGAR COMO CENÁRIO DE APRENDIZAGEM: UMA RELEITURA SOBRE E
NA CIDADE DE CATOLÉ DO ROCHA**

Vanuza Saraiva Dutra

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades – CCHA/CAMPUS IV da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Letras.

Linha de Pesquisa: Didático-pedagógica

APROVADO EM: 14 de Dezembro de 2017.

Benedita Ferreira Arnaud

Profª Ms. Benedita Ferreira Arnaud
Orientadora - UEPB/CAMPUS IV

Jairo Bezerra Silva

Prof. Dr. Jairo Bezerra Silva
Examinador/a – UEPB/CAMPUS IV

Eianny Cecília de Abrantes Pontes

Prof. Esp. Eianny Cecília de Abrantes Pontes
Examinador/a – UEPB/CAMPUS IV

Catolé do Rocha – PB.

Dezembro/2017

Quando a educação “descobre” a cidade, pode
reduzi-la a um recurso.
Quando a cidade “descobre” a educação
pode converter-se em uma pedagogia.

(Silvia Alderoqui)

A Deus, por renovar as minhas forças todos os dias e me fortalecer quando os obstáculos e as opressões da vida quiseram me fazer desistir. Com a sua mão potente me ergue a cada amanhecer.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre presente, durante todo o curso, e me fazer acreditar que sou capaz de vencer as limitações e as intempéries que a vida nos coloca. Por sempre me mostrar um caminho e novas possibilidades, quando pensei não conseguir.

Aos meus pais, Maria de Fátima Saraiva, Fernando Gomes Dutra, ao meu irmão Francisco e as minhas irmãs, Fabiana e Vanilda que, apesar da distância, sempre foram a minha fortaleza e inspiração para prosseguir na caminhada.

Ao meu esposo, José Idalino, que sempre me deu forças durante todo o percurso acadêmico, a este agradeço pela compreensão, apoio e por acreditar que juntos conseguiríamos realizar esse sonho.

À minha filha, Júlia Dutra, que mesmo sem compreender o porquê da mamãe ficar ausente, às vezes, muito me alegrou com seu sorriso lindo, nos momentos mais difíceis.

À minha orientadora, professora Benedita Ferreira Arnaud, pela dedicação e paciência na realização deste trabalho e pela oportunidade concedida de participar do PIBIC.

Aos meus colegas de curso, pelos momentos que passamos juntos, pela contribuição à minha formação acadêmica, em especial às minhas colegas, Jorrana, Soraia, Ana Paula e Alcileide, a estas sou grata pelas experiências compartilhadas.

Aos professores do Departamento de Letras, pelos ensinamentos e dedicação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. ESCOLA, CIDADE E EDUCAÇÃO.....	11
1.1 A cidade e o espaço urbano, o direito à cidade e a cidadania.....	11
1.2 O movimento das Cidades Educadoras.....	13
2. O LUGAR COMO CONSTRUÇÃO DO SABER: RELEITURA SOBRE E NA CIDADE DE CATOLÉ DO ROCHA.....	16
2.1. O Perfil Geográfico da cidade de Catolé do Rocha.....	16
2.2. A viagem pedagógica sobre a cidade - Os espaços e lugares da cidade como cenários de aprendizagem.....	21
2.2.1 O Projeto Xiquexique/Ponto de Cultura Sertão Cultural: a extinção de um cenário de inclusão	21
2.2.2 Instituto Cultural Casa do Béradêro: resistindo as políticas de exclusão.....	25
2.2.3 Projeto Arte de Viver: investindo na profissionalização.....	28
2.3. Ain(existência) de outros espaços culturais e educacionais.....	29
2.4. Necessidades e intencionalidades educativas e educadoras planejadas e executadas pelo poder público municipal.....	33
2.4.1 Ações Concernentes à Educação.....	33
2.4.2 Ações concernentes à Ação Social.....	35
2.4.3 Ações concernentes à Cultura.....	36
2.4.4 Ações concernentes à infraestrutura, a acessibilidade e ações do poder legislativo.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

O LUGAR COMO CENÁRIO DE APRENDIZAGEM: UMA RELEITURA SOBRE E NA CIDADE DE CATOLÉ DO ROCHA

RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar um recorte dos resultados finais do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Iniciação Científica da UEPB/CNPq, cota 2014/2015, edital 01/2014 - PRPGP/UEPB. Descreve parte das discussões e resultados da pesquisa de campo intitulada: A cidade como potencialidade educativa e educadora: contribuição na constituição do currículo. Procuramos analisar a potencialidade educativa e educadora da cidade de Catolé do Rocha, bem como, as possibilidades, implicações e obstáculos existentes que a limita converter-se em cenário de aprendizagem. Para tanto, como embasamento teórico recorreremos às contribuições de alguns autores como: Carlos (1994; 2003); Caballo Villar (2007); Freire (1992; 2003); Gadotti (2006); Santos (1994; 2014); Lima e Maleque (2007); Pequeno (2008), e entre outros. Nesse sentido, ao lançarmos um olhar atento sobre a cidade de Catolé do Rocha, conseguimos identificar alguns espaços e algumas ações neste sentido. Nossas considerações conclusivas nos encaminham no sentido de que, ao olhar a cidade de Catolé do Rocha de forma "interessada", até aonde o nosso olhar pôde alcançar, reparamos cenários positivos e negativos. Alguns pelo histórico envolvimento da população são reconhecidamente cenários de aprendizagem, outros poderão vir a ser e contribuir significativamente com o currículo escolar. Tal conclusão enfatiza a necessidade do encurtamento das distorções entre o discurso e a realidade.

Palavras-chave: Aprendizagem. Educação. Catolé do Rocha.

ABSTRACT

This paper aims to present a sample of the final results of the research project submitted to the UEPB / CNPq Scientific Initiation Program, quota 2014/2015, edital 01/2014 - PRPGP / UEPB. It describes part of the discussions and results of the field research entitled: The city as educational and educator potential: contribution in the constitution of the curriculum. We seek to analyze the educational and educative potential of the city of Catolé do Rocha, as well as the possibilities, implications and obstacles that limit it becoming a learning scenario. Therefore, as a theoretical basis, we use the contributions of some authors as: Carlos (1994; 2003); Caballo Villar (2007); Freire (1992, 2003); Gadotti (2006); Santos (1994, 2014); Lima and Maleque (2007); Pequeno (2008), and among others. In this sense, as we take a close look at the city of Catolé do Rocha, we can identify some spaces and some actions in this direction. Our concluding remarks led us to the fact that, in looking at the city of Catolé do Rocha in an "interested" way, as far as our eyes could reach it, we repaired positive and negative scenarios. Some by the historical involvement of the population are recognized learning scenarios, others may become and contribute significantly to the school curriculum. Such a conclusion emphasizes the need to shorten the distortions between discourse and reality.

Keywords: learning. Education. Catolé do Rocha.

INTRODUÇÃO

O Presente trabalho é fruto de uma pesquisa de campo realizada no Programa de Iniciação Científica – PIBIC, cota 2014/2015, edital 01/2014 - PRPGP/UEPB, intitulada: A cidade como potencialidade educativa e educadora: contribuição na constituição do currículo. O que apresentamos neste trabalho é recorte de análises que recaíram sobre a relação escola, cidade e educação, o qual denominamos: *O Lugar como cenário de aprendizagem: uma releitura sobre e na cidade de Catolé do Rocha*.

Intentamos analisar a potencialidade educadora e educativa da cidade de Catolé do Rocha, os processos de ensino e aprendizagem para além dos espaços institucionais, que chamamos de escolas e que são contributivos na constituição do currículo, especificamente, em sua dimensão oculta.

A cidade deve proporcionar aos seus habitantes um lugar atrativo e que promova o bem-estar da comunidade, contribuindo nos aspectos culturais, de entretenimento, saúde e educação. De acordo com a Carta das Cidades Educadoras, “a satisfação das necessidades das crianças e dos jovens, no âmbito das competências do município, pressupõe uma oferta de espaços, equipamentos e serviços adequados ao desenvolvimento social, moral e cultural, a serem partilhados com outras gerações” (CENPEC, 2006, p. 2). Nesse sentido, as discussões acerca da relação escola, cidade e educação permearam a curiosidade e a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a Cidade de Catolé do Rocha, tendo em vista as possibilidades de praticidade e funcionalidade dos espaços na cidade tornarem-se cenários de aprendizagem, bem como, as suas limitações.

É de responsabilidade do Poder Público Municipal criar eventos culturais que transmitam conhecimentos, sejam eles locais ou regionais, além de incentivar os projetos e ações culturais existentes na cidade e, também, pensar o espaço físico da cidade, intensificando o olhar para os pontos de grande tráfego, vias públicas, instituições escolares e demais locais para adequar as necessidades dos indivíduos, uma vez que, a cidade deve garantir o acolhimento aos seus habitantes, bem como, possibilitar a inclusão social, oferecendo a cada indivíduo a possibilidade de ocupação de seu espaço na sociedade.

Em vista disso, buscamos observar atentamente a cidade de Catolé do Rocha, na perspectiva de analisar as implicações e obstáculos existentes que a

possibilita ou limita converter-se em cenário de aprendizagem, investigando o lugar que crianças e jovens ocupam na cidade e as oportunidades oferecidas a esse público acerca da acessibilidade ao lazer, cultura, educação e demais aspectos relevantes para o desenvolvimento social e pessoal. Desse modo, objetivou analisar a potencialidade educadora e educativa da cidade de Catolé do Rocha, aspectos que possibilitam e limitam a cidade converter-se em cenário de aprendizagem.

Para tanto, algumas indagações nortearam o trabalho: Que espaços e/ou lugares na cidade de Catolé do Rocha favorecem estímulos educativos e culturais? Que demandas, necessidades e intencionalidades educativas são verificadas na cidade de Catolé do Rocha? Que projetos e ações educativas e culturais são planejados e executados pelo poder público municipal? Esses questionamentos foram imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa.

Considerando as particularidades do tema proposto e seus respectivos objetivos, elegeu-se como abordagem metodológica a pesquisa qualitativa. Segundo Chizotti (2006, p. 79), a abordagem qualitativa “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de campo. No primeiro momento, efetivou-se a consulta em livros, periódicos disponíveis na internet e alguns documentos históricos encontrados, sobre a cidade de Catolé do Rocha. No segundo momento, foi realizada a pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas para a obtenção das informações. Para Triviños (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”, além de possibilitar o envolvimento direto do pesquisador no processo de coleta de dados.

Recorremos, também, à Análise do Discurso para entendermos as formações discursivas. Empregamos, portanto, as formulações de Orlandi (2005, p. 59), sobre a análise do discurso. Para a autora, a análise do Discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua naturalidade linguística e histórica. A autora destaca a posição em que deve trabalhar o analista de discurso, tendo em vista a compreensão discursiva para além do que está exposto:

O dispositivo, a escrita discursiva, deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com sua memória. Nessa empreitada, descrição e interpretação se interrelacionam. E é também tarefa do analista distingui-la em seu propósito de compreensão (ORLANDI, 2005, p.60).

Neste sentido, a postura do analista de discurso, ou seja, o pesquisador, não deve ser neutra, mas reconstruída, revitalizada diante da interpretação.

Como embasamento teórico recorreremos às contribuições dos seguintes autores: Carlos (1994; 2003); Caballo Villar (2007); Freire (1992; 2003); Gadotti (2006); Santos (1994; 2014); Lima e Maleque (2007); Pequeno (2008) e textos extraídos dos cadernos do CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (2006); entre outros. Além da imprescindível Carta das Cidades Educadoras (1990), escrita em Barcelona no Congresso Internacional das Cidades Educadoras, composta de princípios orientadores que conduziram o Poder Público à uma gestão centrada em políticas educacionais e culturais que valorizam os habitantes da cidade, promovendo a cidadania de forma íntegra.

A pesquisa teve a seguinte estruturação: *Capítulo I (pesquisa bibliográfica) – Compreendendo currículo, significado e significações*. Apresentamos os aspectos conceituais de currículo e a relação entre currículo, cultura e sociedade. Discussões fundamentadas em Sacristán (2000; 2013); Silva (2011); Moreira e Candau (2007); Libâneo (2004); Macedo (2011); Moreira e Silva (2002).

No *Capítulo II – Escola, cidade e Educação*, apresentamos discussões sobre a cidade e o espaço urbano e, o direito à cidade e a cidadania; os princípios básicos que caracterizam uma cidade que educa tendo como referência as discussões promovidas pelo I Congresso Internacional de Cidades educadoras, realizado em Barcelona em 1990 que redundou com a Carta das cidades educadoras e com os 20 (vinte) princípios que compõem a carta. Recorreremos a Santos (1994; 2014); Lima e Maleque (2007); CENPEC (2006); Caballo Villar (2007); Freire (1992; 2003); Gadotti (2006), entre outros.

O *Capítulo III (pesquisa de campo)*: Apresentamos o Perfil geográfico da cidade de Catolé do Rocha, sua história, as transformações ocorridas com relação aos aspectos territoriais, sociais e, prioritariamente, educacionais, bem como, a viagem pedagógica sobre a cidade onde buscamos identificar a in (existência) dos espaços e lugares da cidade como cenários de aprendizagem. Por fim, discorreremos sobre as

necessidades e intencionalidades educativas e educadoras planejadas e executadas pelo poder público municipal.

Dos capítulos, itens e subitens que constituíram a pesquisa como todo, fizemos o recorte de algumas partes que serão descritas neste artigo, quais sejam: *Escola, Cidade e Educação*. Tecemos considerações e apresentamos teorias acerca do direito à cidade e a cidadania; *Movimento das Cidades Educadoras*; *O Lugar como Construção do Saber: releitura sobre e na cidade de Catolé do Rocha*, onde estão descritos os espaços e ou lugares existentes na cidade considerados potencializadores de educação, cultura e cidadania.

Nosso interesse foi o de exercitar a pedagogia do olhar, ver a cidade, não de forma desinteressada, mas tomar a cidade como um lugar de observação, olhar com cuidado, reparar, conforme Saramago (1995) e, nesse sentido, contribuir na construção de formas diferenciadas de currículo e formulação de políticas públicas que possibilitem o compromisso social e educativo dos gestores e entidades com a cidade.

1. ESCOLA, CIDADE E EDUCAÇÃO

1.1 A cidade e o espaço urbano, o direito à cidade e a cidadania

No intuito de identificar o lugar que crianças, jovens e adultos ocupam na Cidade, objeto de nosso estudo, com relação ao espaço físico urbano, a acessibilidade ao lazer e aproximação com a cultura, educação, informação e natureza cabe, inicialmente, apresentar conceitos básicos que nos faça entender a relação entre Escola, cidade e educação.

Inicialmente, convém entender a relação entre cidade e espaço urbano, considerados distintos por alguns autores. O primeiro relaciona-se com a forma, enquanto o segundo associa-se ao conteúdo onde as relações sociais são concretizadas. Sobre a distinção entre urbano e cidade, Santos (1994, p. 69) esclarece que "o urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo, a cidade é o particular, o concreto, o interno". Para Carlos (1994, p. 181), "o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir, enfim é um modo de vida".

Para o entendimento da formação das cidades e o surgimento do urbano, apresentamos as contribuições de Carlos (2003) em que a autora esclarece que num certo momento da humanidade a cidade nasce, e se constitui no decorrer do tempo. Após passar por um longo processo histórico, assume formas e conceitos diversos. O processo de formação das primeiras cidades acontece a partir da busca pela sobrevivência, onde os diferentes grupos humanos se unem, rompendo com o isolamento no intuito de organizar-se espacialmente. Assim, a relação de trabalho materializado, construído ou natural, é, também, responsável pela formação da cidade.

Acrescenta ainda que o crescimento populacional nas cidades é resultado do modo de produção capitalista, que através da forma de produção induz a uma intensa separação espacial do trabalho, centralizando a força de trabalho no seu espaço. Nesse sentido, a partir da grande aglomeração populacional e da dinâmica das forças produtivas plenamente desenvolvidas, surgirá o espaço urbano, que se expande para além da condição inicial das cidades.

No tocante aos aspectos ligados à cidadania e ao direito à cidade, Santos (2014, p. 157) adverte que o cidadão e o consumidor são coisas distintas, não sendo possível tratá-los como sinônimos. O autor esclarece que “o morador-cidadão, e não o proprietário-consumidor veria a cidade como um todo [...]. O eleitor teria sua individualidade liberada, para reclamar que, primeiro, o reconheçam como cidadão”. O autor associa o direito à cidade, como:

o inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, por meio das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão (SANTOS, 2014, p.157-158).

Com relação às políticas públicas destinadas às cidades e, portanto, aos cidadãos, no dia 10 de julho de 2001 foi aprovado o 'Estatuto da Cidade', Lei Federal nº 10.257, que regulamenta o capítulo original sobre política urbana aprovada pela Constituição Federal de 1988 (artigos 182 e 183). Dois anos depois, em 1º de janeiro de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, é criado o Ministério das Cidades com o objetivo de combater as desigualdades sociais, transformar as cidades em

espaços mais humanizados e ampliar o acesso da população a moradia, saneamento e transporte.

Para Pequeno (2008), a criação e aprovação desses documentos proporciona novos horizontes: “Instrumentos de regularização fundiária, mecanismos de combate à especulação imobiliária, procedimentos participativos no planejamento e na gestão da cidade legalmente constituídos passam a ser difundidos”. Desse modo, as cidades recebem um ministério específico, cabendo a responsabilidade de definição de uma política nacional de desenvolvimento urbano, com a concepção de que as necessidades de desenvolvimento institucional são de responsabilidade das diferentes esferas de governo, bem como dos demais setores envolvidos.

Lima e Maleque (2007, p. 70) ao se reportarem ao patrimônio e políticas urbanas destinadas às cidades fazem referências às experiências de molde participativas, surgidas desde os anos 80 – orçamento participativo, conselhos consultivos, deliberativos e gestores, além de tentativas de se estabelecer parcerias entre o poder público e a iniciativa privada.

Em 1990 surge um movimento denominado Cidades Educadoras com base no I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona, quando um grupo de cidades, representadas por seus governos locais, pactuou o objetivo comum de trabalharem juntas em projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida dos habitantes, a partir da sua participação ativa na utilização e evolução da própria cidade e de acordo com a carta aprovada das Cidades Educadoras. Mais tarde, em 1994, o movimento foi formalizado como o III Congresso Internacional em Bolonha. Discorreremos, na sequência, sobre o que foi este movimento.

1.2 O movimento das Cidades Educadoras

O Movimento das Cidades Educadoras surgiu a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, no ano de 1990. Nesse mesmo ano aconteceu o primeiro Congresso Internacional das Cidades Educadoras, realizado em Barcelona. As cidades representadas nesse Congresso são signatárias da Carta das Cidades, base a partir da qual se cria a Associação Internacional das Cidades

Educadoras (AICE) e com ela os princípios essenciais ao impulso educador da cidade.

A presente Carta, além da Declaração Mundial da Educação para todos (1990), baseia-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), na Convenção nascida da Cimeira Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001) (CENPEC, 2006).

Inicialmente elaborada no congresso de 1990, foi atualizada em 1994 no III Congresso de Bolonha e em 2004, no VIII Congresso Internacional de Gênova. Acordada em vinte princípios, a referida carta defende que os habitantes da cidade, juntamente com todas as instituições locais são responsáveis pela educação de todos, incluindo “jovens e adultos, num processo estrategicamente orientado para a expansão das potencialidades econômicas, ecológicas e culturais do território e, conseqüentemente, para o aumento das condições de realização e felicidade dos seus habitantes” (PINTO, 2001, p. 9).

As cidades associadas¹ passam a assumir o compromisso de trabalhar a escola como espaço comunitário; trabalhar a cidade como grande espaço educador; aprender na cidade, com a cidade e com as pessoas; valorizar o aprendizado vivencial; priorizar a formação de valores.

Os princípios mencionados na Carta se subdividem em 3 itens: I – O direito a uma cidade educadora (princípios de 1 a 6); II – o compromisso da cidade (princípios de 7 a 12); III – ao serviço integral das pessoas (princípios de 13 a 20).

A Carta em seu preâmbulo conceitua cidade educadora como aquela que “exerce e desenvolve às suas funções tradicionais (econômica, social, política de prestação de serviços)” (CENPEC, 2006, p. 156), para além da educação formal. Esta cidade usa de suas possibilidades educadoras de modo consciente e planejado, objetivando formar, promover e desenvolver continuamente “ao longo da

¹ As cidades brasileiras membros da AICE são: Belo Horizonte, Campo Novo do Parecis, Caxias do Sul, Cuiabá, Dourados, Gravataí, Jequié, Montes Claros, Piracicaba, Porto Alegre, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Paulo, Sorocaba. As Cidades portuguesas membros da AICE são: Águeda, Albufeira, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Braga, Câmara de Lobos, Cascais, Chaves, Esposende, Évora, Fafe, Grândola, Guarda, Leiria, Lisboa, Loures, Miranda do Corvo, Moura, Odivelas, Oliveira de Azeméis, Porto, Paredes, Paços de Ferreira, Palmela, Pombal, Portimão, Rio Maior, Sacavém, Santa Maria da Feira, Santarém, Santo Tirso, São João da Madeira, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sintra, Torres Novas, Torres Vedras, Trofa, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Famalicão, Vila Real. Disponível em: [www.http://mec.gov.br/cidadeeducadora/principios/conceitos](http://mec.gov.br/cidadeeducadora/principios/conceitos). Acesso em 02/05/2012. Acesso em 13 de setembro de 2015.

vida”, por meio de processos de conhecimento, diálogo e participação de todos os seus habitantes.

Essa concepção encaminha trabalhar a cidade como espaço de aprendizagem, priorizar a formação de valores e a troca de experiências, ou seja, valorizar o aprendizado vivencial. Para que o projeto de cidade educadora venha a ser desenvolvido é necessário que os cidadãos reconheçam a história da sua localidade e as relações sociais no processo de experiência e de participação no convívio em sociedade.

Autores discutem o conceito de cidade educadora defendidos pela UNESCO e AICE (Associação Internacional das Cidades Educadoras): Caballo Villar (2007, p.20) descreve a Cidade Educadora como uma cidade relacional, em que tenciona aproveitar as suas possibilidades estéticas, ambientais e de convivência como âmbito natural de encontro, comunicação e criação, mediante as contribuições conjuntas dos distintos agentes, como bem atesta a autora.

Freire, por sua vez, classifica a cidade educadora como dotada de qualidades. Para ele: “É a cidade para a educação e a educação para a cidade”. Nesse sentido, a educação passa a ser comprometida e dialógica no contexto de Cidade Educadora. Para a sua efetivação enquanto função social, o autor aponta três desdobramentos temáticos de suma importância: 1) Educação para a Qualidade; 2) Qualidade da Educação e 3) Educação e Qualidade de Vida (FREIRE, 2003, p. 43).

Em outra obra, Freire complementa:

A cidade converte-se em Cidade Educadora a partir da necessidade de educar, aprender, imaginar [...] sendo educadora, a cidade é, por sua vez, educada. Uma boa parte da sua tarefa como educadora está ligada ao nosso posicionamento político e, obviamente, ao modo como exercemos o poder na cidade e ao sonho e utopia que impregnam a nossa política, no serviço do que e de quem servimos – a política de despesa pública, a política cultural e educativa, a política de saúde, a política de transporte e lazer (FREIRE, 1992).

O Ministério da Educação e Cultura– MEC² elenca os princípios das Cidades Educadoras. Adverte que esses princípios emergem o direito a uma cidade comprometida e voltada ao serviço integral das pessoas. Assim, a cidade, ao se

²Portal do Ministério da Educação – MEC. Disponível em: Portal mec.gov.br. Acesso em 18/08/2015.

transformar em cidade educadora, deverá criar seus projetos educacionais, voltados para as necessidades de seus habitantes e potencialidades regionais. E que esses projetos não se convertam apenas em políticas de poderes e arquivos a serem engavetados, mas que possam vigorar.

Dessa forma, os principais sujeitos a serem beneficiados e reconhecidos na cidade educadora devem ser os “marginalizados”, no que diz respeito aos direitos e ao lugar que ocupam na sociedade. A exclusão refere-se aos indivíduos pertencentes às classes sociais desprivilegiadas ou moradores de regiões periféricas que são constantemente vítimas de estereótipos, também pessoas com necessidades especiais ou que possuem algum transtorno que as impedem de participar ativamente no meio social e entre outras identidades que por determinado motivo não recebem a atenção devida. De acordo com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC, 2006. p. 157):

A diversidade é inerente às cidades atuais e prevê-se que aumentará ainda mais no futuro. Por essa razão, um dos desafios da cidade educadora é o de promover o equilíbrio e a harmonia entre identidade e diversidade, salvaguardando as contribuições das comunidades que a integram e o direito de todos aqueles que a habitam, sentindo-se reconhecidos a partir da sua identidade cultural.

A afirmação aponta para uma cidade, na qual a prioridade está em promover o desenvolvimento social e pessoal, tendo em vista a participação dos cidadãos que, por sua vez, deverão ter seus direitos garantidos e serem sujeitos ativos, capazes de transformar seu contexto. A Cidade Educadora prevê um lugar equilibrado e harmonioso que prioriza o bem-estar de seus habitantes, independentemente da sua origem.

2. O LUGAR COMO CONSTRUÇÃO DO SABER: RELEITURA SOBRE E NA CIDADE DE CATOLÉ DO ROCHA

2.1 O Perfil Geográfico da cidade de Catolé do Rocha

Para que se entenda a cidade como potencialidade educativa e educadora é necessário conhecer um pouco da sua história, as transformações ocorridas com

relação aos aspectos territoriais, sociais e, prioritariamente, educacionais. Os registros³ sobre a cidade de Catolé do Rocha destacam que as terras conhecidas como Riacho AGON ou OGON onde posteriormente se originou a cidade de Catolé do Rocha foram habitadas, a princípio, pelos índios, por volta do século XVII. De acordo com os historiadores eram os índios *cariris*, *pegas* e outros, os primeiros habitantes dessas terras, que por ordem do governo geral foram sendo mortos para desapropriação de partes das terras que o governo requeria.

A história registra que desde 1700 há a presença de habitantes e fazendas nessas terras. O Tenente Coronel Francisco da Rocha Oliveira, consagrado colonizador ou bandeirante nestes sertões nordestinos, interessado em colonizações, conquistas territoriais ou criação de gado, chegou a esta localidade, no ano de 1774. O território compreendia uma extensão de aproximadamente 5.400 km². Com a vinda do fundador Francisco da Rocha Oliveira, iniciou-se a povoação do município à margem do Riacho Agon, local que apresentava água farta mesmo nas estiagens prolongadas.

A partir de então, inicia-se a exploração das terras com a formação de fazendas voltadas para a agricultura e pecuária. Além da constituição de fazendas, plantações e criação de gado, dar-se também o início de construções de casas residenciais e uma capela no local onde hoje é a Avenida Américo Maia, próximo ao Banco do Nordeste, denominada Capela do Rosário. Anos depois, a capela do Rosário foi demolida para a abertura de novas avenidas e construída a Igreja matriz, sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios.

Após a construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário, em fins do século XVIII, o lugar teve um surto de desenvolvimento, com o surgimento de algumas construções que marcaram a época como: o prédio da Coletoria Estadual, um sobrado com a fachada revestida de azulejos trazidos de Portugal; o prédio da Intendência; a antiga Prefeitura, onde hoje funciona o Projeto Arte de Viver; o sobrado de Américo Maia onde funcionam dois Cartórios e a Rádio Panorama FM; o sobrado Coronel Valdivino Lobo, já demolido; a Casa de Caridade, depois Colégio Leão XIII, atualmente Centro de Catequese e Pastoral.

A designação do nome Catolé do Rocha deve-se a existência de uma palmeira nativa, de nome coco Catolé, e Rocha, uma homenagem ao seu fundador

³ Disponível em: <http://jarbascavalcante.blogspot.com.br/2009/03/catole-do-rocha-aspectos-historicos-os.html>. Acesso em: 25 de março 2015.

que tinha sobrenome Rocha (Francisco da Rocha Oliveira). Alguns historiadores, afirmam ser costume se referir a uma localidade, utilizando o nome do seu “dono”. Em 1835, o governador Manoel Maria, presidente da Província da Paraíba, através da lei Provincial n. 5 de 26 de maio do mesmo ano, cria a Vila Federal de Catolé do Rocha. Após 100 anos, Catolé do Rocha ganha sua almejada Independência administrativa pelo Decreto 638 de 21 de janeiro de 1935 e é elevada à categoria de cidade.

O município de Catolé do Rocha está situado na zona fisiográfica do Baixo Sertão do Piranhas, que apresenta a mais ampla porção sertaneja do Estado da Paraíba. Encontra-se localizada na microrregião homogênea nº. 153 (Microrregião de Catolé do Rocha). Limita-se ao norte com Almino Afonso (RN) e Patú (RN), leste com Belém do Brejo do Cruz e Brejo do Cruz, sul com Riacho dos Cavalos e Jericó, e, oeste, com João Dias (RN) e Brejo dos Santos. A microrregião é constituída dos seguintes municípios: Belém do Brejo do Cruz, Bom Sucesso, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Catolé do Rocha, Jericó, Riacho dos Cavalos, São Bento e São José do Brejo do Cruz. A sede do município dista da capital do estado 326 km, em linha reta. Liga-se, porém esta através do acesso Catolé do Rocha BR – 230, perfazendo 410 km.

De acordo com o último senso realizado pelo IBGE no ano de 2010, a população de Catolé do Rocha – PB era de 28.759 habitantes, com densidade demográfica de 52,09 habitantes por quilômetro quadrado em uma área territorial de 552,112 km². Neste ano de 2017 a cidade de Catolé do Rocha completou seus 182 anos de existência e 82 anos de Emancipação Política. Apesar das intempéries do tempo e das dificuldades inerentes do seu próprio meio, a cada dia os seus filhos buscam na eterna vontade de concretização, uma cidade mais humana.

No que diz respeito à educação, a história registra nos anos de 1856 a 1860, em Catolé do Rocha, a presença dos primeiros professores, José Torquato de Sá, Florentino Henriques de Sá e Tibúcio Valeriano da Silva Dourado. De 1870 a 1876, há registros de que foram nomeados vários professores do ensino público primário que passaram a atuar na região: Minervino Chaves Afonso, José Pires Cabral, José Juvêncio da Costa Valeres, Sr. Pacífico de Almeida e Antonio Odorico de Sá. Em 1871, foi nomeada a primeira professora primária para atender ao sexo feminino, Ana Jacinta Fernandes de Sá. A história também registra no período de 1870 a

1876, a presença de Antonio Gomes de Arruda Barreto, que foi destaque na região, vindo de Pedra Lavrada.

Nos últimos anos, a cidade de Catolé do Rocha apresentou um progresso na área educacional, tornando-se sede da 8ª Região de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba. A educação conta com instituições que abrangem todos os níveis de Ensino, podemos destacar: O Colégio Normal Francisca Mendes, Colégio Técnico Dom Vital, Escola Estadual Cidadã Integral Técnica Obdúlia Dantas, Escola Agrotécnica do Cajueiro, Centro de Ensino Fundamental Luzia Maia, Colégio João Agripino Filho, CEAC, entre outras instituições de Ensino da rede particular, estadual e municipal.

O Colégio Normal Francisca Mendes, considerado referência na cidade, é exemplo edificante na educação da região. Criado em 1939 pela necessidade de um educandário feminino que formasse normalistas para atuar no desenvolvimento da educação deste município e dos municípios circunvizinhos. Há 78 anos vem servindo a esta e outras comunidades. Idealizado pelo Coronel Antônio Mendes Ribeiro, o Colégio tem se mantido fiel às suas origens. O Coronel fundou o Colégio, e cinco irmãs franciscanas que chegavam ao Brasil, vindas da Alemanha, fugindo dos horrores da guerra em um gesto pioneiro, abriram os caminhos do saber, trilhados até hoje. O Colégio oferece os cursos de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e o Curso Normal Nível Médio.

Outras Instituições de Ensino privado se destacam no município, a exemplo do Colégio Técnico Dom Vital e o Colégio João Agripino Filho, antes chamado de Cantinho da Criança, fundado no ano de 1987 por Avani Francisca de Oliveira. O Colégio Técnico do Dom Vital fundado em 1959 nasceu do idealismo de Frei Marcelino de Santana e de um grupo de pessoas. A história do Dom Vital é marcada por um período atribulado da vida política nacional, estadual e municipal, com alguns de seus integrantes participando ativamente das atividades que confrontava o exército, na época do golpe de 1964. O Colégio conta com o Jardim de Infância São Francisco de Assis, o Ensino Médio, conveniado com o Sistema objetivo de São Paulo e com o Centro de Educação – CIEE e também com o Curso de Gestão Empresarial. Sua marca registrada é a Banda Marcial, que ganha destaque nos desfiles e comemorações na cidade e no Estado.

Destacam-se na educação, na esfera estadual, a Escola Estadual Cidadã Integral Técnica Obdúlia Dantas e a Escola Estadual de Educação Infantil e Ensino

Fundamental João Suassuna. Outra Escola referência na região é a Escola Agrotécnica do Cajueiro, localizada na comunidade Cajueiro, em imóvel com 93 ha, fundada em 1968, funcionou como Colégio Agrícola de Catolé do Rocha. A Escola esteve por um longo período fechada e, posteriormente, em 1979 foi reaberta como Escola Estadual Agrotécnica do Cajueiro. Em 1989 é incorporada a Universidade Estadual da Paraíba, com a criação do Campus IV – Centro de Ciências Humanas e Agrárias. Atualmente funciona o Ensino Médio Integrado, o Curso profissionalizante Técnico em Agropecuária e os Cursos de Graduação: Licenciatura em Ciências Agrárias e Licenciatura em Letras, além do PARFOR (Programa de Formação de Professores da Educação Básica).

A rede municipal de ensino é composta de escolas que abrangem as zonas urbana e rural. Assim, destaca-se o Centro de Ensino Fundamental Luzia Maia, localizada no Bairro Luzia Maia, em Catolé do Rocha. A escola surgiu da necessidade de atender a comunidade carente, pois as instituições de ensino, já existentes, não conseguiam atender a demanda de alunos.

Recentemente, a cidade ganhou mais uma instituição de ensino de renome, IFPB – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba⁴. No momento não funciona em suas dependências, pois ainda se encontra em construção. Os cursos (gratuitos) funcionam em uma escola municipal, disponibilizada pela prefeitura. Através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC⁵, o Instituto vem dando oportunidade de qualificação para o mercado de trabalho com a oferta de vários cursos. Além disso, há projetos de resgate da cultura e valorização das comunidades Quilombolas locais.

⁴ Dados obtidos a partir do site: <http://www.ifpb.edu.br/reitoria/noticias/2015/02/campus-catole-do-rocha-investe-em-projetos>

⁵ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal do Brasil no dia 26 de Outubro de 2011 com a sanção da Lei nº 12.513/2011^[1]. O programa tem como objetivos expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para alunos brasileiros. Dados obtidos: https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_Nacional_de_Acesso_ao_Ensino_T%C3%A9cnico_e_Emprego. Acesso em: 08/11/2017.

2.2 A viagem pedagógica sobre a cidade - Os Espaços e lugares da cidade como cenários de aprendizagem.

2.2.1 O Projeto Xiquexique/Ponto de Cultura Sertão Cultural: a extinção de um cenário de inclusão

Uma cidade pode ser considerada como uma cidade que educa quando, além de suas funções tradicionais - econômicas, social, política e de prestação de serviços - exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania (GADOTTI, 2006, p. 134). Baseado nesse pressuposto procurou-se desvelar os espaços educativos e culturais existentes na cidade de Catolé do Rocha – PB, potencializadores de educação, cultura e cidadania, bem como identificar o lugar que as crianças, jovens e adultos devem ocupar na cidade com relação ao espaço físico urbano, a acessibilidade ao lazer e aproximação com a cultura, educação, informação e natureza.

Neste sentido, durante a pesquisa do PIBIC foi detectado a existência de três projetos de grande relevância para a sociedade catoleense e regiões circunvizinhas: o Projeto Xiquexique – proposta mobilizadora de ações voltadas para a educação e preservação ambiental, projeto esse extinto em 30 de junho de 2017; o Instituto Cultural Casa do Béradêro – o resgate da cidadania por meio de projetos que encantam com a orquestra “Gente que encanta” e o Projeto Arte de Viver – que tem como proposta a arte aliada a profissionalização.

O Projeto Xiquexique/Ponto de Cultura Sertão Cultural foi fundado em 2001, pelo professor Pedro Nunes Filho. Teve duração de 16 anos. Era uma organização civil de interesse público, sem fins lucrativos, caracterizado como um espaço voltado para a aprendizagem, onde priorizava ações cidadãs de cultura, educação e meio ambiente. Situado no alto sertão da Paraíba, possui um amplo espaço de 34 hectares, era destinado ao desenvolvimento de várias atividades. Seu espaço localiza-se no Sítio das Pedras, abrangendo as comunidades do Cajueiro, Boqueirão, Trapiá, São Gonçalo e Maniçoba.

O Projeto destinava-se a capacitar jovens e adultos nos campos da cidadania, educação, meio ambiente (priorizando a caatinga – predominante na região), saúde e compreender a cultura como um modelo diversificado de cidadania,

buscando conscientizar os indivíduos na preservação ambiental, como segue o disposto no artigo 225 da CF (1988, p. 60) em que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O Espaço era aberto à visita de Escolas, realização de pesquisas, campo de estágio para universitários e projetos de intercâmbio voltados para a comunidade. De acordo com o Portal Catolé News (2017), por descaso, omissão de assistência dos “poderes públicos (municipal, Estadual e Federal), dificuldades quanto a manutenção de sua infraestrutura, impossibilidade quanto a contratação de recursos humanos, inexistência de Editais Públicos que atendam as demandas das ONGs” e demais razões, fez com que o projeto fosse dissolvido. No dia 30 de junho de 2017 em uma celebração ecumênica realizada em sua sede, o professor universitário Pedro Nunes, fundador do projeto, declarou com profunda tristeza:

Vários foram os problemas enfrentados com muita garra e força pelas diferentes equipes de voluntários ou educadores com contrato trabalhista que atuaram no Projeto Xiquexique.

Agradecemos aos principais parceiros efetivos que nos auxiliaram nessa caminhada no decorrer desses anos desde 2001 até 2017 – UFAL, Fundo 1% de Desenvolvimento (Áustria); Ministério da Cultura - Governo Lula; Visão Mundial (Brasil, Austrália e Canadá), UFPB e UEPB/CAMPUS IV (PORTAL CATOLÉ NEWS, 2017).

Nesse sentido Gómez-Granell & Vila (2003, p. 33), reportando-se a um projeto semelhante a esse, esclarecem:

[...] um projeto dessa natureza deve se transformar, sobretudo, em um projeto coletivo de toda cidade. Sem a co-responsabilidade cidadã, sem o envolvimento da comunidade, dos diversos agentes educativos, sociais e culturais que atuam no território, sem a participação de entidades, associações, sindicatos, empresários, universidades, etc., é impossível dar forma ao projeto e muito menos colocá-lo em prática.

As informações sobre a importância do projeto para as comunidades catoleenses, bem como quais atividades eram desenvolvidas, foram obtidas através de entrevista durante a realização da pesquisa do PIBIC. A origem do nome Xiquexique explica-se pelo fato da existência dessa planta em grande quantidade na

região e pela sua resistência. Posteriormente, teve a ideia reforçada após o seu idealizador Pedro Nunes Filho ter resistido a um grave atentado, sofrido em sua residência. Os fatos foram relacionados e, em seguida, o nome do projeto foi consolidado. O projeto surgiu pela necessidade de desenvolver atividades relevantes que proporcionasse educação e lazer para os jovens da região, uma vez que, na época havia um grande índice de suicídios no município de Catolé do Rocha. Após a implantação do projeto, houve uma mudança na rotina desses jovens e o número de suicídios foi reduzido.

A princípio eram desenvolvidas várias atividades, como Baú da leitura, Seminários sobre diversidade cultural, intercâmbios, teatros, oficinas de cordel e poesia, aula de música, futebol e outras. O Xiquexique, como era comumente conhecido, recebeu o apoio do Minc – Ministério da Cultura, secretarias de Educação e Cultura, secretaria de Assistência Social e Agricultura Familiar, Instituto Cultural Casa do Béradêro, Instituições escolares, universidades UEPB, UFPB, UFAL, entre outras Instituições.

Os projetos de apoio comunitário que reforçam a cultura, lazer e educação devem ser destinados para toda a comunidade e necessitam da participação da sociedade como um todo. Torna-se imprescindível o engajamento dos poderes públicos, instituições públicas e privadas, incluindo o envolvimento participativo da sociedade civil, condição indispensável para que os direitos dos habitantes da cidade sejam atendidos. Desse modo, segue o princípio 19 da Carta das Cidades Educadoras, que afirma ser direito dos habitantes participarem na elaboração de programas e projetos educativos, sendo de responsabilidade da cidade mantê-los informados das ações planejadas e executadas.

No ano de 2006, o Projeto Xiquexique, através de seleção, tornou-se Ponto de Cultura Sertão Cultural, reconhecido e licenciado pelo Governo Federal a desencadear ações culturais e de meio ambiente. Segundo informação, o projeto não contava com financiamento do Poder Público municipal e nem do Estado. Era formado por um conjunto de voluntários, um número considerado insuficiente para a demanda do projeto. Esses profissionais estavam à frente das atividades educacionais, proporcionando um reforço e um acompanhamento pedagógico aos alunos participantes.

Além dos professores e formadores voluntários, contava com cerca de 3.000 alunos entre crianças e jovens, sendo que no início essa participação era de

apenas 10 (dez) voluntários e de aproximadamente 30 alunos. As atividades foram ampliadas, após convênio com a Visão Mundial⁶. Ambos desenvolviam o Programa de Desenvolvimento de Área que abrangia todo o município de Catolé do Rocha. As atividades socioeducativas desenvolvidas envolviam as comunidades rurais e urbanas, tendo a participação de adultos, jovens, adolescentes e crianças. Como atividades praticadas destacavam-se o futebol e as oficinas do Projeto Educação e Cultura com a Capoeira, Percussão, Baú da leitura, Teatro e Dança.

Percebe-se a relevância que tinha o projeto para a cidade de Catolé do Rocha e região, pois desenvolvia um trabalho educativo e comunitário com o intuito de promover e unificar educação, cultura e meio ambiente, uma vez que são áreas que integram o processo de formação do cidadão, condição para a concretização do sistema formativo integrado de crianças e jovens, tão necessário no atual contexto brasileiro. Neste sentido, cabem os apontamentos de Ayuntamiento de Barcelona, 1990, transcrito por Caballo Villar (2007, p. 29):

[...] a educação dos meninos, jovens e cidadãos em geral não é só responsabilidade dos estratos tradicionais (estado, família e escola), mas também do município; das associações, das indústrias culturais, das empresas com vontade educadora e de todas as instâncias da sociedade. Por isso, há que potencializar a formação dos agentes educativos não escolares e o fortalecimento do tecido associativo.

Tendo em vista as contribuições que este projeto trouxe para a cidade e para a vida das crianças e jovens participantes, lamentamos a falta de apoio do poder público municipal e demais poderes constituídos no tocante ao compromisso, definição e consolidação de parcerias, fator que levou ao fechamento, extinção do Xiquexique. Sem a participação das entidades citadas e o envolvimento da comunidade não será possível o florescimento de uma ação como esta que, como qualquer ONG, necessita de recursos para a sua manutenção.

Em nosso propósito de releitura dos cenários de aprendizagens, a “dissolução” do Xiquexique chocou a muitos. Extinguiu-se um importante cenário

⁶*Visão Mundial, Organização não governamental, presente em 119 países do mundo.* Atua nas comunidades a partir do conceito de Desenvolvimento Transformador, e seu objetivo é erradicar a pobreza e promover a justiça, atendendo crianças e adolescentes. Disponível em: <https://visaomundial.org.br/>. Acesso em: 22/06/2015.

potencializador de múltiplas aprendizagens, limitando, com isso, a cidade de Catolé do Rocha converter-se em cenário de aprendizagem, visto que, além das atividades complementares desenvolvidas na área educacional, envolvia atos de cidadania e cuidados com o meio ambiente.

Conforme Santos (2014, p. 19) a cidadania é “uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância”. O termo cidadania traz em si a ideia de movimento, de mudanças que se operam na cidade por intermédio dos múltiplos sujeitos, fazendo o acontecer histórico. Segundo Tolfo (2013, p. 39), “só se exerce a cidadania, sendo cidadão, com o efetivo cumprimento dos deveres e também dos direitos garantidos no ordenamento jurídico do país”.

2.2.2 Instituto Cultural Casa do Béradêro: resistindo as políticas de exclusão

No ano de 2001, a cidade de Catolé do Rocha – PB ganha mais um ponto de estímulo à educação, cultura e cidadania: o Instituto Cultural Casa do Béradêro⁷, criado pelo cantor e compositor Chico Cesar, ex-secretário de Cultura da Paraíba. O objetivo do cantor era complementar a educação de crianças, adolescentes e jovens da microrregião de Catolé do Rocha, atendendo as áreas urbanas e rurais. Trata-se de uma instituição sem fins lucrativos que teve início com o trabalho da Irmã Iracy Barbosa de Almeida, primeira professora de música de Chico César, que pretendia descobrir novos talentos para a música.

A iniciativa da Irmã Iracy foi no ano de 1995, quando resolve procurar crianças interessadas a aprender a arte da música para integrar o projeto musical de sua criação “Gente que Canta”. Portanto, entre as escolas públicas e privadas, um número de 200 crianças compareceu ao primeiro encontro no Colégio Normal Francisca Mendes. Como nem todas as crianças tinham afinação vocal, a irmã Iracy passou a avaliar também a capacidade rítmica das crianças, elas participavam batendo palmas. Tendo em vista que nem todos os participantes cantavam, o nome do projeto passou a ser “Gente que Encanta”. Após várias apresentações, nasce a Orquestra de flautas, atualmente, a Orquestra Gente que Encanta.

⁷ Informações foram obtidas a partir do site <http://www.casadoberadero.org.br/galeria.html>

Após muita luta e empenho da Irmã Iracy para levar adiante o projeto de música, em 2001 torna-se uma organização não-governamental. Com o apoio de Chico César e os esforços unificados, a Orquestra “Gente que Encanta”, passa a integrar o Instituto Cultural Casa do Béradêro, com sede própria, após a doação de um prédio, pelo Dr. Antônio Benjamim Filho. Trata-se de um antigo hospital da cidade que, posteriormente, passou por reforma e ampliação para acomodação dos integrantes.

O Instituto Cultural Casa do Béradêro, sediado em Catolé do Rocha – PB, Sertão da Paraíba, proporciona uma educação complementar através da música, contribuindo para a formação profissional a partir de cursos profissionalizantes. O Instituto é considerado, desde 2010, ponto de cultura. Foi uma iniciativa significativa do Ministério da Cultura que contribui com o apoio financeiro e institucional, possibilitando a expansão das atividades e tornando-as de grande impacto sociocultural de forma reconhecida.

O Ponto de Cultura fez parte do Programa Cultura Viva⁸ propiciava à valorização da cultura local, estimulando a criatividade dos cidadãos e resgatando, assim, a cidadania. O Projeto, de início, recebeu o apoio de várias instituições, entre elas: UFPB,UEPB, Conselho Municipal de Assistência Social; ONG Visão Mundial; ONG Associação Beneficente Criança Cidadã/Orquestra Cidadã Meninos do Coque; Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha; Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas; Colégio Normal Francisca Mendes; Missão Central dos Franciscanos (Alemanha); Irmãs Franciscanas de Dillingen (Alemanha); Grupo Instrumental Quinteto da Paraíba e Petrobrás.

A orquestra Gente que Encanta considerada principal projeto do Instituto, obteve reconhecimento da Petrobrás a partir do Programa Petrobrás, Desenvolvimento e Cidadania, fazendo parte de um grupo de 72 projetos selecionados que recebia total assistência e acompanhamento dos resultados. Em contrapartida, a Petrobrás exigia, rigorosamente, relatórios das atividades

⁸Política Nacional de Cultura Viva foi criada em 2014 para garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural a partir do Ministério da Cultura, e em parceria com governos estaduais e municipais e por outras instituições, como escolas e universidades.

Tornou-se uma das políticas culturais com mais capilaridade e visibilidade do Ministério da Cultura, presentes nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, além de cerca de mil municípios, promovendo os mais diversos segmentos da cultura brasileira. FONTE: <http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>. Acesso em 09/11/2017.

desenvolvidas, bem como, os resultados obtidos e a frequência dos alunos matriculados. Para entendermos melhor o projeto como sendo uma instituição que, apesar de suas limitações, muito contribui, no processo educativo das crianças e jovens da região, foi realizada uma entrevista, durante a pesquisa do PIBIC, com o coordenador do Instituto.

Podemos analisar, com base nas informações obtidas, que a demanda de alunos é muito grande, uma vez que o projeto não faz distinção de gênero, raça ou classe social. Um dos objetivos pelos quais o projeto foi criado consiste em integrar todas as crianças e jovens, de escolas públicas e privadas, da cidade de Catolé do Rocha e tirá-los de situações de risco. O projeto começou atendendo a esse público e, atualmente, alguns dos alunos passaram a ser monitores/professores. Como gratificação e reconhecimento, o Instituto oferecia bolsas.

Além dos monitores, o Instituto possui uma equipe composta por um Coordenador (participante da entrevista), um Assistente Administrativo, uma Assistente social, um Coordenador de Música e uma Diretora Executiva, sendo que todos eram remunerados. De início, os profissionais envolvidos buscavam desenvolver atividades que auxiliavam os alunos na escolha de uma profissão. Relatou o coordenador que um ex-gari da prefeitura iniciou como aluno da Luteria e, após o reconhecimento de suas habilidades, tornou-se funcionário do instituto com carteira assinada no período em que o Projeto tinha a parceria com a Petrobrás. Neste sentido, a formação profissional dos adolescentes catoleenses era uma das prioridades do projeto, além de ensinar valores, exigir dedicação, pesquisa, entre outras habilidades, elementos essenciais para o sucesso escolar e profissional.

Atualmente, o projeto enfrenta graves problemas, principalmente após perder o apoio da Petrobrás, passa por grandes dificuldades financeiras. Os professores são praticamente voluntários, recebem uma gratificação mensal irrisória com doações de empresas locais, tais como: redes de supermercados, restaurantes, óticas, postos de combustíveis, fábricas, lojas, escritórios, clínicas e laboratórios da cidade. O apoio dessas empresas permite que algumas atividades como violino, violão, violoncelo, flauta e luteria com concertos, continuem sendo desenvolvidas e atendam a alguns alunos interessados. Nesse sentido, a prioridade é facultada aos alunos pertencentes a rede pública de ensino de 06 a 21 anos.

Como consequência da falta de recursos, o prédio se encontra deteriorado, necessitando de uma nova reforma. De acordo com o entrevistado, as dificuldades

enfrentadas podem estar relacionadas com a desvalorização gerada por uma parcela da própria comunidade, que desconhece o trabalho desenvolvido. Acrescenta ainda que, talvez a oferta de atividades gratuitas provoca um certo receio do público “desinformado”. Além dos problemas locais, falta incentivo e divulgação do próprio estado. O princípio 9 da Carta das Cidades Educadoras diz que:

A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e co-responsável. Para isso, o governo local deverá [...] estimular, ao mesmo tempo, a participação cidadã no projeto coletivo, a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea (CENPEC, 2006, p.158).

Essa corresponsabilidade e estímulo devem transcender o simples apoio no sentido de instigar a participação dos munícipes nos eventos artístico-culturais que o projeto desenvolve. Para que as atividades de Reforço escolar, Luteria, Balé Clássico, Capoeira, Informática, Reciclagem, Violino, Violoncelo, Flauta, Futebol, oficinas de leitura, entre outras, antes desenvolvidas, sejam retomadas é necessário apoio financeiro que se estendam além de doações das empresas. Só assim o Béradêro voltará a assumir o compromisso de desenvolver atividades que irão contribuir significativamente para o desempenho educacional e formação cultural de crianças e jovens do nosso município.

2.2.3 Projeto Arte de Viver: investindo na profissionalização

O processo de capacitação e formação deve ser iniciado precocemente. Neste sentido, o Projeto “Arte de Viver” foi pensado com o objetivo de receber crianças e jovens de 8 a 18 anos, matriculados em escolas públicas e que vivem em zonas de vulnerabilidade social. O projeto fez 13 anos de existência e, no decorrer desse tempo, promove diversas atividades culturais que reforçam e contribuem na formação do aluno. A ONG conta com o apoio da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) e Prefeitura Municipal. Sendo o município responsável pela manutenção do projeto e remuneração dos funcionários. Em entrevista, durante a pesquisa do

PIBIC, foi informado que 09 (nove) funcionários e aproximadamente 120 alunos estão envolvidos no projeto.

Foi-nos relatado que a Instituição já recebeu recursos da Petrobrás, mas por motivos superiores, esse vínculo foi desfeito. Hoje, além dos recursos do município, o próprio projeto tenta sanar alguns problemas financeiros com a arte de panificação, envolvendo adolescentes a partir dos 14 anos. O projeto recebe a matéria-prima da Prefeitura e a equipe responsável, em conjunto com os alunos, produzem pães e complementos para atender creches e hospitais do município. Para manutenção diária e para a compra de utensílios, produtos de limpeza, entre outros, comercializam parte do que produzem.

A relevância do projeto é notória, pois a diversidade de atividades ofertadas em dois turnos de funcionamento, contribuem para um tempo maior de ocupação dos jovens, diminuindo a ociosidade e o risco de estarem nas ruas, já que podem estudar e frequentar o projeto em turno diferente. Os participantes têm a oportunidade de integrar às atividades e escolher entre oficinas de música, aulas de Informática, artesanato, e a arte da Panificação. Dessa forma, são instigados à escolha de uma profissão, além de contribuir para a redução da evasão e repetência escolar.

A música é ensinada com o intuito de promover, nas crianças e adolescentes, a autodescoberta e a formação da própria identidade cultural. Desse modo, adquirem o respeito e admiração da comunidade, além de aprender a conviver em grupo e diminuir a vulnerabilidade. Há a formação de uma pequena orquestra, antes denominada de “Grupo de Flautas” composta por 40 alunos, que se apresentam em eventos locais e regionais da microrregião de Catolé do Rocha. Além da flauta, a viola, o violão e o violino foram incorporados gradativamente. O projeto ainda dispõe de salas de jogos, atividades recreativas e excursões, visitas aos projetos educacionais e escolas da cidade.

2.3 A in(existência) de outros espaços culturais e educacionais

O dinamismo do espaço urbano se apresenta em sua dimensão histórica e social como *locus* das ações da sociedade. Conforme Santos, é dinâmico e “é o maior conjunto de objetos existentes”. Adquire o sentido de território, pois carrega

“atitude cidadã”, visto que os sujeitos sociais, unidos pela proximidade física, pelas dificuldades cotidianas e também pelas conquistas comuns, estão definindo territorialidades no espaço vivido (SANTOS, 2014, p. 141).

Nesse sentido, a cidade deve oferecer aos seus habitantes espaços para a constituição e construção do saber. Para isso, conforme o Princípio 10 da Carta das Cidades Educadoras, “o governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, prestando uma atenção especial à infância e à juventude” (CENPEC, 2006, p. 159).

De acordo com as entrevistas realizadas e análise documental, durante a pesquisa do PIBIC, com vistas a desvelar a existência dos espaços educativos e culturais na Cidade de Catolé do Rocha, verificamos a existência de alguns espaços considerados potencializadores de educação, cultura e cidadania destinados a população catoleense e circunvizinha. Além das ONGs encontradas, constatamos alguns espaços que podem vir a ser palco de lazer, cultura e entretenimento para a comunidade. São lugares harmoniosos e que contribuem na socialização e interação entre os sujeitos, porém a cidade necessita de praças com instalação de equipamentos de longevidade destinados ao público da terceira idade. Com isso, os munícipes poderão praticar exercícios, caminhar em espaços revitalizados em torno de áreas verdes, estabelecendo assim, práticas saudáveis e, conseqüentemente, ganhando em qualidade de vida.

Nesse aspecto, destaca-se a existência de várias praças localizadas em pontos estratégicos da cidade, entre elas a praça José Sérgio Maia, localizada no centro da cidade. Lugar bem arborizado com amplo espaço e um parque com alguns brinquedos fixos, destinados ao lazer das crianças; Praça Sérgio Maia, na qual se encontra um vasto plantio da Palmeira que produz o fruto coco-catolé, que deu origem ao nome da cidade, Catolé; Praça Jerônimo Rosado, localizada em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios; Praça de eventos, Cantidiano de Andrade, conhecida como o Parque do Povo, com amplo espaço para a realização de festas e eventos artístico-culturais de grande porte. Esse espaço é também utilizado pela população para caminhadas. Há também a praça Dix-Sept Rosado, inaugurada em 2015.

Na cidade existem 02 (duas) bibliotecas destinadas à população em geral e aos estudantes interessados em pesquisas e para a utilização como ambiente de

estudos. Estas são: a Biblioteca Municipal Professora Aldina Almeida, localizada no Centro de Cultura Geraldo Vandré, onde o público pode ter acesso ao acervo. De acordo com a bibliotecária, a biblioteca é utilizada pelos alunos para realização de trabalhos escolares, porém, atualmente, com o uso de outros meios de informação como a internet, a procura pelos livros é cada vez menor. Ela ressalta que “hoje os alunos querem tudo pronto” não há mais interesse pela leitura. Já a biblioteca do SESI, localizada na Avenida Américo Maia, é frequentemente visitada e, no período de realização da pesquisa, era oferecido um curso gratuito de informática no horário noturno. Há uma sala com 10 computadores disponíveis para o público interessado em pesquisas, uma TV de LED e uma Gibiteca.

A cidade possui um Centro de Cultura, Geraldo Vandré, nome dado em homenagem ao grande poeta e cantor paraibano. Além da biblioteca Professora Aldina Almeida, o Centro de Cultura possui um amplo auditório para reuniões e apresentações artístico-culturais. Localiza-se também nesse mesmo espaço a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo – SECET. Nos aspectos comunicação, informação e entretenimento a cidade conta com a Rádio Panorama FM (ecclética), Rádio Independência AM (popular), Rádio Cidade FM (comunitária e ecclética) e a Rádio Kerygma (católica).

Uma cidade que educa deve priorizar a educação, a cultura local e também a arte. Assim, durante a investigação sobre a existência, ou não, dos espaços educativos e educadores na cidade, identificamos alguns lugares reservados para a arte do artesanato, a exemplo da Casa do Artesão Rita de Biná e a Cooperativa Artesanal Mista de Catolé do Rocha, conhecida por BATIK. O trabalho artesanal é considerado uma atividade tradicional presente na sociedade moderna. O artesanato diz muito da característica de um povo, porque é através dele que podemos perceber os costumes valorizados pela sociedade.

A casa do Artesão Rita de Biná é uma associação sem fins lucrativos, suas atividades iniciaram no ano de 2006 e apresentam as mais variadas técnicas de artesanato, variando da simples pintura ao crochê; do corte e costura a objetos dos mais variados tipos que são procurados como lembranças para presentes. As peças são de criação das próprias artesãs. Toda a produção é feita a partir do trabalho de um total de 25 pessoas associadas a essa casa de artesanato. As artesãs são reconhecedoras das dificuldades em manter firme um local como este,

principalmente pela falta de apoio financeiro e divulgação dos seus trabalhos. Esse é o sentimento dos que compõem os outros projetos pesquisados.

Quanto a Cooperativa Artesanal Mista de Catolé do Rocha, conhecida por Batik, de início tinha como objetivo gerar emprego, pois não havia meios de sobrevivência naquela época, começando suas atividades a partir da confecção de bonecas e animais, só depois veio a técnica do Batik. A denominação do nome Batik é originária da técnica em que utiliza-se a cera de vela derretida na confecção do artesanato. Trazido pelo casal de americanos denominados Joyce e Franklin, no ano de 1969.

Para a confecção dos Batiks, a Cooperativa baseia-se em vários temas, tais como: religião, obras literárias, entre outros. Hoje, a cooperativa produz bonecas, bolsas e demais artefatos. Uma das criações das artesãs foi inspirada na obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, algo bem criativo que retrata um pouco da história contada na obra. São em torno de 8 (oito) pessoas associadas e dedicadas na confecção das peças. A remuneração advém a partir da produção. Os produtos são vendidos em Catolé e demais lugares. A arte ainda sofre com a desvalorização e a falta de investimento por parte da população e das autoridades. O trabalho é pouco reconhecido e um projeto desse porte passa por dificuldades para se manter “vivo”.

Sobre esta questão Caballo Villar (2007, p. 14) adverte sobre o papel que deve assumir uma cidade que se propõe a ser educadora. Para a autora a cidade educadora, deve tornar-se: “quadro teórico de referência para a gênese das ações orientadas a entender o território como espaço educativo”, para isso converge elementos como “Sistema Formativo Integrado, associativismo, desenvolvimento cultural, políticas socioculturais, participação, acesso a recursos, sociedade civil, animação sociocultural, coordenação, descentralização, organização e intervenção comunitária, trabalho em rede, etc.”

Nesse sentido, é de fundamental importância que haja a conscientização da população sobre a relevância do cooperativismo como uma iniciativa cidadã, visto que, além de ser uma ação que gera emprego, renda para seus associados, propicia um importante reconhecimento do local. As artesãs do Batik, a exemplo das artesãs da Casa Rita de Biná, apontaram as mesmas dificuldades enfrentadas pelas ONGs, mesmo assim, declararam: “não devemos deixar morrer” um costume que deve passar de geração para geração.

2.4 Necessidades e Intencionalidades educativas e educadoras planejadas e executadas pelo poder público municipal

O princípio norteador de uma cidade educadora é aquele que entende o potencial do território, explora suas possibilidades e as transforma em capital educativo. O princípio nº 05 incluso na Carta das Cidades Educadoras (Barcelona, 1990) destaca que os municípios deverão desenvolver uma política educativa exaustiva de índole global, com o fim de incluir todas as modalidades de educação formal e não formal, as diversas manifestações culturais, as fontes de conhecimento e os meios de descoberta da realidade que existam na cidade.

Visando responder as questões de pesquisa referentes às *necessidades e Intencionalidades educativas e educadoras planejadas e executadas pelo poder público municipal* realizamos entrevistas, durante a pesquisa do PIBIC, direcionadas aos sujeitos diretamente envolvidos com ações concernentes à educação, cultura, infraestrutura, ação social e poder legislativo. Respectivamente, secretário de Educação; Secretário de Cultura e Desporto; Secretário de infraestrutura; Secretária de Ação Social; Presidente da Câmara de Vereadores e algumas pessoas envolvidas em ações referentes a essas pastas, totalizando 05 (cinco) entrevistas. As entrevistas assumiram um papel expressivo na pesquisa, possibilitando, dessa forma, entender as questões delineadas. Neste sentido, apresentamos um recorte com base nas informações obtidas.

2.4.1 Ações concernentes à Educação

Objetivamos nesse aspecto, analisar o papel que a Educação de Catolé do Rocha assume ou poderia assumir na perspectiva de uma cidade educativa e educadora. Para Gadotti (2006, p. 136) a Escola deve assumir um papel decisivo no sentido de “contribuir para criar as condições que viabilizem a cidadania, através da socialização da informação, da discussão, da transparência, gerando uma nova mentalidade, uma nova cultura, em relação ao caráter público do espaço da cidade”. Desse modo, tornam-se indispensáveis iniciativas por parte da Secretaria de Educação do Município, uma vez que esta orienta e coordena as atividades das escolas da rede municipal de ensino, envolvendo um número significativo de

profissionais da educação e possibilitando o desenvolvimento de projetos, na área educacional, cultural, ambiental, entre outras.

O Secretário de Educação ao ser questionado sobre essas ações nos esclareceu que o município estava construindo o PME (Plano Municipal de Educação), exigência do MEC, no intuito de reorganização das ações institucionais, entre elas, a revisão dos PPPs (Projetos Políticos Pedagógicos) das escolas, documento que contempla “ações e metas que para serem executadas recorrem a parceria da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, ONGs e Clubes de Serviços do município”, entre outras instituições.

Para tal fim, as escolas realizam atividades incluindo temáticas culturais, ambientais e demais temas que fazem parte do currículo aberto. Quanto a discussão de raça, etnia, gênero e diversidade sexual que promova a superação do racismo e machismo, nos foi esclarecido que esses conteúdos estavam sendo contemplados no novo PME, a partir do eixo “Educação Inclusiva e direitos humanos”. Neste propósito de verificar as ações educativas e educadoras é importante ressaltar, que as instituições de ensino devem oferecer acessibilidade arquitetônica aos portadores de necessidades especiais, ou seja, um ambiente sem barreiras físicas. Segundo o entrevistado as escolas ainda passam por adaptações e algumas foram contempladas com o Programa “Escola Acessível”.

Além da acessibilidade, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular, devem receber um ensino complementar e suplementar em salas multifuncionais. Esse atendimento diferenciado é oferecido em algumas escolas do município, sendo que as demais ainda estão em processo de instalação das referidas salas. Além do professor da sala multifuncional, os alunos são acompanhados por profissionais de saúde da área

Quanto à valorização e incentivo à leitura para que crianças, adolescentes e jovens apreciem, desde cedo, a leitura do texto literário, o município vem desenvolvendo atividades voltadas para este fim. Há 15 anos, o projeto “Leitura na Praça”, evento que acontece anualmente, no mês de maio e que faz parte das atividades alusivas ao aniversário da cidade, tem sido um incentivo para os alunos. Trata-se de um projeto de grande alcance com a participação e envolvimento das Escolas da rede municipal, estadual e particular.

Percebemos que a maior parte dos projetos em desenvolvimento são específicos, pensados e desenvolvidos por cada unidade de Ensino da rede municipal, com exceção do Projeto Leitura na Praça, onde há um envolvimento de todas as Escolas.

2.4.2 Ações concernentes à Ação Social

Além de uma educação de qualidade, é dever de cada município e do Estado oferecer assistência básica às famílias e comunidade em geral, garantindo o mínimo de condições para a sobrevivência e proteção dos indivíduos, a fim de atender às suas necessidades. De acordo com o artigo primeiro, da lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade”.

Cabe à assistência social, a distribuição das demais políticas sociais baseadas no tripé: saúde, previdência e assistência social. Nesse sentido, a Secretaria de Assistência Social do município de Catolé do Rocha adota programas de busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. O trabalho é realizado a partir do conhecimento sobre a frequência escolar da criança, caso não esteja assídua na escola, então, é realizada visitas domiciliares para investigar os motivos da ausência, visto que, a frequência do aluno é uma das garantias para o recebimento do subsídio (Bolsa Família). O órgão ainda assiste pessoas da 3ª idade com o objetivo de mantê-los participantes ativos e integrantes da vida na cidade. São oferecidas oficinas, envolvendo a música e a dança, momentos de descontração que possibilitam a elevação da autoestima dos idosos.

Percebemos algumas iniciativas positivas no campo da Assistência social do município de Catolé do Rocha, no entanto, cabe a ampliação e extensão desse atendimento direcionado a parcelas consideradas vulneráveis, já que, de acordo com informações obtidas, há no município uma parcela de crianças que ainda está fora da escola, sendo necessário um acompanhamento mais criterioso para diagnóstico de tais causas. Para tanto, é fundamental o compromisso político dos

gestores municipais e a força de pressão da sociedade no sentido de cobrar ações efetivas necessárias à vida digna de cada cidadão.

2.4.3 Ações concernentes à Cultura

Na perspectiva de uma cidade educadora, tentamos compreender as ações culturais locais. Geertz (1989, p. 24) afirma que “[...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto [...]”. Trata-se, portanto, de um fenômeno social, que não deve ser dissociado da convivência e da comunicação entre os indivíduos.

Nesse sentido, de acordo com informações concedidas pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo – SECET são desenvolvidas atividades que valorizam a cultura e resgatam a memória da cidade, incluídas no calendário das datas comemorativas. Tratam-se de atividades artísticas diversificadas “que retratam as tradições culturais como descoberta de talentos artísticos, culturais e esportivos, proporcionando o reconhecimento dos valores locais”.

Dentre a programação, destaca-se uma das festas que já é tradição na região: o carnaval. Outro momento importante é a festa de Emancipação Política da cidade, que acontece no mês de maio. Durante o evento, as atividades são voltadas para o resgate da memória local. Destacam-se também: o *Ciclismo*, o *Futebol de Campo*, o *aeromodelismo*, o *motoCross*, *aulão de ginástica*, *encontro de bandas marciais*, *festival de violas e repentistas*, *cinema na praça*, *desfile de “fuscas”*, *apresentações culturais* e o *reconhecimento dos escritores locais*, além de outras atividades que, no decorrer do ano, a SECET oferece seu apoio.

Percebemos que as atividades desenvolvidas são relevantes para o povo catoleense e região, resgata a cultura local, atraem turistas e promovem entretenimento à comunidade, porém algumas modalidades esportivas são realizadas apenas anualmente, deixando a população a mercê do sedentarismo e carente de momentos de lazer e diversão que proporcione a socialização e integração dos habitantes, quando deveria ser algo comumente oferecido pela gestão pública municipal.

2.4.4 Ações concernentes à infraestrutura, a acessibilidade e ações do poder legislativo.

Não se pode pensar em cultura, cidadania e educação sem que haja políticas direcionadas à organização do espaço físico da cidade. É, portanto, necessário ordenamento e planejamento urbano para a efetivação de políticas cidadãs. O desenvolvimento e o crescimento físico da cidade não se constituem simplesmente pela tradicional combinação de áreas edificadas e áreas livres, interligadas, mas sim, entre sistemas que se relacionam com o bem-estar populacional. Segundo a Carta das Cidades Educadoras (Barcelona, 1990), “a cidade educadora é uma cidade com uma personalidade própria, integrada no país onde se situa”. O princípio 8 da referida carta esclarece que o planejamento urbano deverá ter em conta o impacto deste no desenvolvimento de todos os habitantes (CENPEC, 2006). Trata-se de harmonizar e adequar o território no intuito de atrair outras cidades e favorecer a interação entre todos.

Além dos aspectos citados, a cidade deve buscar meios para eliminar algum obstáculo (barreira física) que se constituem como empecilho às pessoas com dificuldades de locomoção. Obtivemos nas entrevistas, informações de que todas as medidas administrativas estão sendo adotadas no sentido de adaptação dos espaços para que os cidadãos possam usufruir de maneira igualitária seus direitos. Foi-nos repassado, ainda, que estão sendo construídas rampas de acesso e mais faixas de pedestres, sinalização horizontal para deficientes visuais, com o intuito de tentar melhorar a locomoção das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Compreendendo que a paisagem natural de uma cidade a torna muito mais atrativa, além de promover um ambiente saudável para seus habitantes, necessitando para tal fim, um planejamento ordenado de ocupação de áreas que não venha a causar impactos ao meio ambiente, questionamos sobre a atenção dada pela Secretaria de infraestrutura quanto à ampliação e manutenção de áreas públicas. Foi-nos repassado que os responsáveis pelo planejamento urbano, diariamente realizam vistorias em vários setores públicos, a exemplo das praças e dos parques, tendo o cuidado para que esses locais públicos permaneçam conservados para que o cidadão possa usufruir de forma adequada. Acrescentou,

ainda, que possuem políticas de incentivo ao plantio de árvores nativas através de doações de mudas.

Em vista disso, a cidade além de atender as necessidades dos seus habitantes deverá preservar as suas origens, de modo que as edificações não deturpem os seus antigos traços, mas que sejam capazes de criar um ambiente que repercuta, significativamente, no crescimento de todos os indivíduos, na relação das suas pretensões individuais e sociais.

Percebemos que algumas mudanças são notórias na cidade, algumas obras no espaço físico foram realizadas para adequar as necessidades dos moradores, como faixas nos pontos de grande concentração de veículos, bem como, canteiros para organização dos espaços e do trânsito da cidade. Porém, é evidente que o espaço físico urbano ainda carece de importantes medidas, pensando no bem-estar social.

O princípio nº 06 da Carta das Cidades Educadoras (Barcelona, 1990), explicita que os responsáveis pela política municipal da cidade devem ter conhecimento direto da situação e das necessidades dos seus habitantes. Para tanto, devem ter a obrigação de promover e formular propostas concretas e de política geral que se convertam em espaços formais e informais de educação como ferramentas educativas.

Com o objetivo de obter informações acerca das ações do Poder legislativo em prol da população catoleense, visando o bem-estar social, questionamos a respeito dos projetos de lei que são encaminhados ao legislativo ou apresentados pelos vereadores no tocante a proteção do patrimônio municipal; a educação e saúde, equilíbrio social e qualidade de vida; acessibilidade das pessoas com redução de mobilidade nas ruas e calçadas, bem como mobilidade das pessoas em geral; ao meio ambiente e sua preservação; a coleta seletiva do lixo; ao lazer e espaços de práticas esportivas nos bairros; a valorização da cultura; ao incentivo ao esporte, à prática do ciclismo; a instalação de centros informatizados com computadores para o uso e acesso livre à internet.

Para os aspectos citados, o entrevistado esclareceu que são encaminhados requerimentos, ofícios ou projetos de lei na tentativa de atender as necessidades dos habitantes da cidade, bem como requerer a proteção do patrimônio municipal e a preservação do meio ambiente, através de denúncias enviadas ao Ministério Público. Consideramos estas ações de suma importância, visto que as ações do

Poder Público Municipal são imprescindíveis para que os espaços na cidade convertam-se em cenários de aprendizagem. Percebemos, no entanto, que há a necessidade de melhoramento dos espaços locais, entre estes, a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida, além da necessidade de criação de espaços que promovam lazer, incentive a prática esportiva e promovam ações de cidadania e cenários de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nos possibilitou apresentar um recorte de análises realizadas a partir da viagem pedagógica sobre a cidade de Catolé do Rocha, buscando entender a relação existente entre escola, cidade e educação. Ao nos determos a analisar os espaços da cidade que contribuem e/ou oferecem estímulos educativos e culturais; as intencionalidades e demandas educativas que a cidade apresenta, bem como, a atuação do poder público municipal no tocante às ações e projetos educativos de melhoria para a cidade, concluímos que há vários espaços na cidade que favorecem estímulos educativos e culturais, dentre esses, Organizações não Governamentais, tais como: o Instituto Cultural Casa do Béradêro; no período da realização da pesquisa, o Projeto Xiquexique, hoje fora de operação; e o Projeto Arte de Viver. Verificamos também a existência de cooperativas, bibliotecas de acesso livre, locais onde ocorre troca de saberes, possibilitando intercâmbio entre as áreas urbana e rural. Espaços e projetos que mobilizam ações educativas, culturais e de preservação ambiental, promovendo, de certa forma, a inclusão social e profissional de jovens e crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social, enfim, ações de resgate a cidadania.

Por outro lado, dentro do discurso urbano-educador, verificamos precariedade nas áreas periféricas, estas carecem de cuidado, iluminação, manutenção e revitalização das praças e espaços públicos, contrastando, dessa forma, com a valorização das avenidas e áreas centrais da cidade. A acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida também é considerada precária, necessitando de ampliação nas ruas e calçadas da cidade e espaços públicos, no intuito de garantir o bem-estar a essas pessoas e ao público em geral. Para a terceira idade não há áreas abertas com equipamentos de longevidade para que esse público usufrua. O não atendimento a essas questões contraria o primeiro princípio da proposta de Cidade Educadora quando esclarece que os habitantes de uma cidade têm o direito de usufruir em condições de liberdade e igualdade, dos meios de entretenimento e desenvolvimento que a cidade oferece (CENPEC, 2006).

Percebemos muitas lacunas no tocante a atuação do poder público municipal. O município é carente de projetos culturais e educacionais consistentes e de realização contínua. É lamentável que por descaso, falta de apoio dos poderes constituídos, o município tenha perdido um grande cenário potencializador de aprendizagem como o projeto Xiquexique que unificava cultura, educação e

valorização do meio ambiente, e atendia crianças e jovens da comunidade. Quanto aos eventos culturais, são realizados de forma esporádica, acontecem uma vez ao ano, no período de comemoração da emancipação política da cidade. Na cidade, há sala de cinema, mas não há estímulo ao teatro.

No que se refere a projetos ligados a educação, destaca-se o Projeto Leitura na Praça, desenvolvido pela Secretaria de Educação há 15 anos e que faz parte também das atividades alusivas ao aniversário da cidade, considerado de grande alcance cultural. De início, além das instituições educacionais, envolvia as iniciativas ligadas à arte e cultura, o empreendedorismo comercial e industrial local. Quanto à implementação de outros projetos que promovam a superação do racismo, machismo e outras formas de segregação humana, bem como, de novas ações que irão sanar problemas na Educação do município, essas são prometidas a partir da implementação do Novo Plano Municipal de Educação – (PME), elaborado com “ampla participação da sociedade”.

Diante dos cenários apresentados, mesmo sem a cidade de Catolé do Rocha integrar a AICE – Associação Internacional de Cidade Educadora e adotar seus princípios, acreditamos na possibilidade dos gestores municipais segui-los, visto que, esses princípios orientam ações humanizadoras no que tange a vivência em uma Democracia Participativa, além de tudo, com ela emergem Educação, Cultura e Cidadania.

Por fim, após a realização do percurso metodológico sobre a cidade de Catolé do Rocha, no intuito de olhar a cidade de forma “interessada”, até aonde o nosso olhar pôde alcançar, reparamos cenários positivos e negativos. Alguns, pelo histórico envolvimento da população, são reconhecidamente cenários de aprendizagem; outros, poderão vir a ser e contribuir significativamente para o desenvolvimento social. Tais fatos enfatizam a necessidade de encurtar as distorções entre o discurso e a realidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. Lei nº 8.742 **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de Dezembro de 1993.

CABALLO VILLAR, Maria Belén. **A Cidade Educadora: Nova Perspectiva de Organização e Intervenção Municipal**. Lisboa: Edições Piaget, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Os Caminhos da Reflexão Sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **A Cidade**. 9. ed. 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção repensando a Geografia).

CENPEC. Carta das Cidades Educadoras. **Cadernos Cenpec**. v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/?id_categoria=91&id_item=9171. Acesso em: 11/11/2014.

CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências humanas e Sociais**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. 7ª Edição. (Coleção Questões da Nossa Época) São Paulo: Editora Cortez, 2003.

_____, Paulo. **A Cidade como Agente Educador**. II Congresso Internacional de Cidades Educadoras. Gotenburgo, Suécia. 25 a 27 de novembro, 1992.

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. In: **Cadernos CENPEC**, nº 01, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro. LTC, 1989.

GÓMEZ-GRANELL, Carmen; VILA, Ignácio (org). **A cidade como Projeto Educativo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LIMA, Evelyn Furquin Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (org). **Espaço e cidade: conceitos e leituras**, 2ª edição – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 6ª edição, 2005.

PEQUENO, Renato. **Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências**. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de

mayo de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/275.htm>>. Acesso em 11/11/2014.

PINTO, J. (2001). Prefácio. In, M. Caballo-Villar (2001). **A Cidade Educadora de Organização e Intervenção Municipal**. Lisboa: Edições Piaget.

PORTAL CATOLÉ NEWS. **Despedida do Xiquexique** – Culto Ecumênico nesta Sexta marca despedida do Projeto Xiquexique, na ZR de Catolé do Rocha. Disponível em: <https://www.catoleneWS.com.br/noticias/catoledorochoa/despedita-do-xiquexique-a26926.html>. Acesso em: 16/11/2017.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo, Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EdUSP, 2014.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a Cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TOLFO, Andreia Cadore. Direitos Humanos e a Construção da Cidadania. **Vivências**. Vol. 9, N.17: p. 33-43, Outubro/2013. Disponível em: http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_017/artigos/pdf/Artigo_03.pdf. Acesso em: 10/11/2017